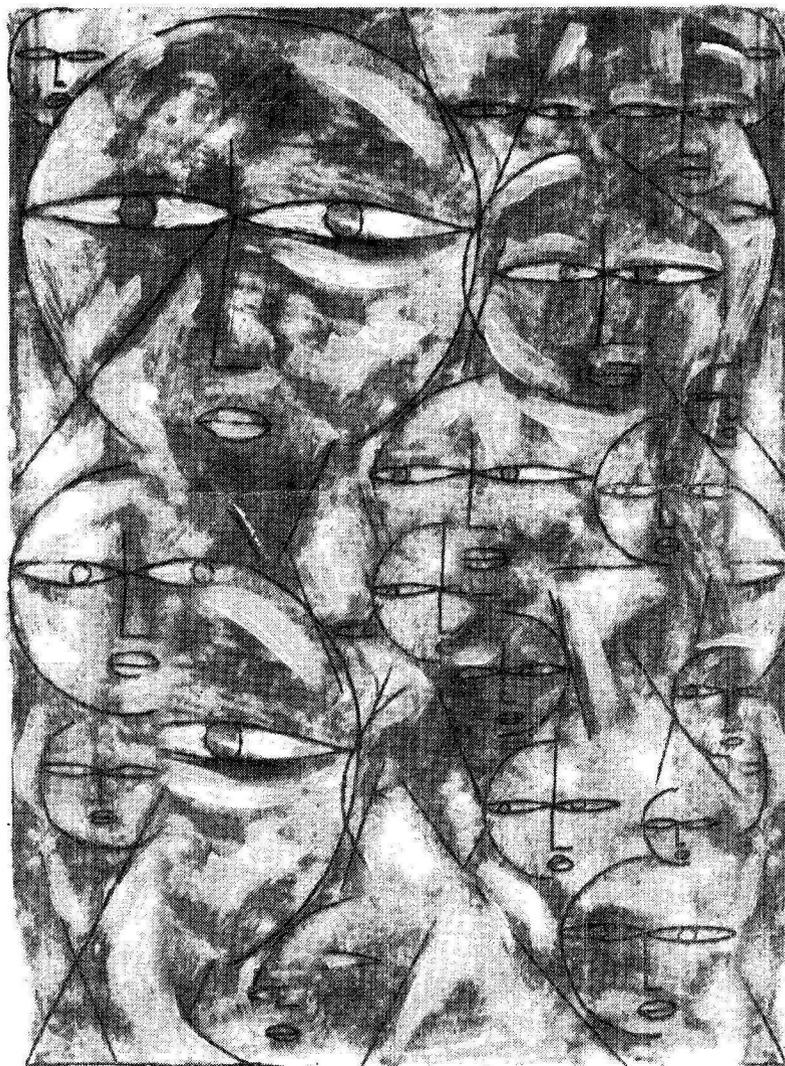


# OS EXCLUÍDOS E AS REFORMAS

A pesquisa *Datafolha*, publicada há poucos dias, contém dados valiosos para julgamento do quadro social e econômico do país. Foram ouvidas 15.688 pessoas, em 411 municípios, o que permite um retrato razoável da situação geral, nas diferentes regiões. A primeira, básica e triste conclusão é que os "excluídos são 59% da população do país". E a *Folha de S. Paulo* esclarece que os excluídos "são pessoas que estão à margem de qualquer meio de ascensão social". Logo, mais de metade da população nacional vive em estado de necessidade, desprovida das condições de existência regular e digna. É a grande parcela dos que "vivem morrendo", a que já se referia, com muita penetração, Otávio Mangabeira.

Os pormenores da pesquisa retracam vivamente as marcas das desigualdades sociais e econômicas. O levantamento feito revela que "a elite se resume a 8% dos brasileiros". Isso significa que 92% não integram o que se chama a "nata" da sociedade, o conjunto dos grupos dominantes. A distribuição dessas pessoas desprotegidas é variável, ao longo do país. Assim a pesquisa mostrou que em Pernambuco os desamparados chegam a 73%, enquanto a elite não vai além de 4%. Em todo o Nordeste espalham-se os menos protegidos pelos bens do desenvolvimento. É claro que nem toda elite responde por essas disparidades. Há intelectuais, artistas qualificados, profissionais liberais, políticos, representantes de camadas diversas, que não se situam entre as pessoas carentes, mas igualmente não as desconhecem, e muitos se preocupam com o destino delas. No círculo dos empresários, mesmo, não há negar que existem personalidades respeitadoras da função social de suas organizações e dos direitos humanos em geral. Há, também, os outros, cheios

Ilustração: Fred Lobo



de vaidade, que querem passar por bons, sendo apenas especuladores, ou pouco éticos.

Singular, também, é que os dados colhidos revelaram que em estado do Sul, onde menor foi a exclusão encontrada, o perfil delineado "está longe de garantir tranquilidade à maioria da população". É evidente, portanto, que a pobreza se estende em todo nosso território, em grau incompatível com as condições nor-

mais de vida. Além disso, o informe da ONU sobre desenvolvimento humano, publicado este ano, assevera que "nos países em desenvolvimento, em seu conjunto, a pobreza humana atinge mais de uma quarta parte da população". Por ser assim generalizada a pobreza, não nos deve criar espírito de resignação. Ao contrário, impõe-se resistência ao sofrimento, para evitar o desânimo.

Tanto mais imperioso é esse pro-

cedimento diante do que ocorre no Brasil. Há alguns dias, apenas, jornais noticiaram que a economia informal, apesar de sua incerteza, está empregando mais do que as atividades perfeitamente organizadas. Daí o crescimento do desemprego, perturbando a economia das famílias. E não há perspectiva favorável. Em sua edição do dia 13 último a *Folha de S. Paulo* veiculava informação indicativa de desaquecimento da economia. Em comprovação disso, anotou que o comércio e a indústria estão crescendo menos do que previram. Há decréscimo surpreendente até na venda de alimentos e de eletrodomésticos.

A pobreza pesquisada e a redução das atividades econômicas mostram, entre outros fatos, que as reformas promovidas pelo governo federal não estão produzindo efeitos satisfatórios. Alterou-se a ordem econômica da Constituição para que empresas fossem privatizadas e o capital estrangeiro aqui ingressasse mais rapidamente e em maior proporção. Quais os resultados dessas mudanças em benefício do povo? A este não interessa, de modo fundamental, que as empresas deixem de ser públicas e se tornem privadas, mas que projetem serviços e recursos na sociedade, propiciando emprego e bem-estar. Ao conjunto dos habitantes não importa apenas o ingresso de mais capital externo, porém que daí resulte desenvolvimento para todos, melhores condições de vida, o que não se está verificando.

Apura-se, pois, visível desajustamento entre as reformas em execução e as aspirações do homem comum. O povo não vive de reformas irreais, mas de medidas administrativas geradoras de felicidade coletiva.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia